

Vara da Infância do RJ aplica protocolo de segurança em 2 escolas

A Vara da Infância, Juventude e Idoso do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria municipal de Educação, vai iniciar um projeto piloto para implantar o protocolo de segurança em duas escolas públicas do Rio.

123RF



Vara da Infância do Rio implementa protocolo de segurança em duas escolas
123RF

De acordo com a juíza Vanessa Cavaliere, uma turma com 20 facilitadores formados no Núcleo de Mediação do Tribunal de Justiça do Rio (Nupemec) irá adotar práticas de justiça restaurativa nos colégios, integrando alunos, professores, funcionários e pais. O planejamento prevê o início do protocolo até o fim do primeiro semestre.

O anúncio foi feito em uma live no Instagram do TJ-RJ sobre a importância do protocolo, que contou com a participação da diretora cofundadora do instituto de prevenção de conflitos ISA-ADRS Celia Passos e da mestrandia em História pela Universidade Federal Fluminense Cecilia Matos.

A juíza Vanessa Cavaliere esclareceu que o protocolo para as escolas diz respeito ao combate ao bullying, à inclusão e à saúde mental dos alunos. "Quanto mais saudável emocionalmente o ambiente escolar for, mais a gente vai conseguir evitar que a violência perpasse os muros das escolas", avaliou.

Celia Passos, por sua vez, ressaltou a importância de construir um espaço de pertencimento nas escolas e destacou os três pilares essenciais: "respeito, cuidado mútuo e o reconhecimento da dignidade de cada um". De acordo com ela, a escola precisa cuidar das necessidades dos seus alunos. "Isso deve ser feito não só nos termos de aprendizado de conteúdo, mas também nas suas necessidades subjacentes, fazendo eles se sentirem pertencentes, escutados e percebidos."

Já Cecilia Matos falou sobre a necessidade de parceria e diálogo entre a família e a escola. "Vejo muitas pessoas afirmarem que a educação é responsabilidade dos pais e a escola apenas precisa ensinar conteúdo, mas eu acredito que é preciso existir uma parceria e um diálogo entre a família e a escola". Ela observou, ainda, a importância da criação e manutenção de um ambiente de confiança nas escolas, onde



crianças e adolescentes possam dialogar livremente, como um grande passo contra a chamada invisibilização.

O presidente do TJ-RJ, desembargador Ricardo Cardozo, é um entusiasta da ideia e acredita que a justiça restaurativa pode ser um caminho efetivo para resolver conflitos e prevenir a violência nas escolas. "Nós acreditamos na importância da justiça restaurativa como ferramenta para promover a paz e a convivência harmoniosa em nossas escolas". *Com informações da assessoria de imprensa do TJ-RJ.*

Autores: Redação Conjur